



Projeto de Voto n.º 203/XV/1.^a

DE SOLIDARIEDADE COM OS MANIFESTANTES PELA LIBERDADE NA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA

No passado dia 24 de novembro, um incêndio num prédio de habitação na cidade de Urumqi, na província de Xinjiang, na República Popular da China (RPC) causou 10 mortos e 9 feridos. Esta tragédia deu-se durante um período de confinamento total que já ascendia aos 100 dias onde, segundo imagens captadas por vídeo, as restrições e a impossibilidade de sair do edifício efetivamente impossibilitaram o salvamento destas pessoas, dado o bloqueio das portas derivado das medidas de confinamento. Desde então que surgiu uma onda de solidariedade e de manifestações pela liberdade e contra a política “COVID-Zero” em curso na RPC, ainda que o papel das restrições pandémicas na causa destas mortes seja questionado pelas autoridades de Xinjiang.

A realidade da política COVID-Zero na RPC é, no entanto, inequivocamente assumida pelas autoridades chinesas. Esta política tem implicado a imposição de quarentenas sobre povoações inteiras após a descoberta de casos, por mais diminuto que seja o seu número, durando até que deixem de ser detetados casos de COVID-19, numa desproporcionalidade incompreensível. As autoridades locais, sendo diretamente responsabilizadas pela presença de casos de COVID-19, acabam por implementar quarentenas altamente repressivas, fechando os edifícios, sejam estes de habitação ou locais de trabalho, soldando ou trancando as portas e forçando as pessoas a viver em condições desumanas durante semanas, quando não meses, como já era o caso da cidade de Urumqi. Estas políticas já tinham levado a protestos em fábricas, como foi o caso da Foxconn, um dos mais importantes centros industriais do país, onde o receio por um confinamento forçado dentro da própria fábrica conduziu os seus trabalhadores a uma fuga em massa, se não mesmo a confrontar diretamente as forças de segurança.



Apesar dos recentes anúncios de relaxamento das restrições, o prolongamento desta atmosfera de repressão intensa nos últimos anos levou à revolta de milhares de cidadãos, abarcando também jovens e estudantes por todo o país e alcançando uma dimensão que não é vista há décadas. Entretanto, a insatisfação popular ultrapassou a contestação da política COVID-Zero, chegando a gritos de protesto pela instituição da liberdade de expressão, defendendo a liberdade e o Estado de Direito na China, alguns exibindo folhas brancas como protesto contra a repressão e censura imposta pelo Partido Comunista Chinês, que ainda perdura e se intensificou com os protestos. Estas manifestações já vieram a exigir a demissão de Xi Jinping, que acaba, num ato sem precedentes no plano constitucional da RPC, de se fazer eleito para um terceiro mandato enquanto Presidente da RPC.

Estes protestos constituem uma firme demonstração de que o suposto sucesso de desenvolvimento da China, fruto da sua abertura económica nas últimas décadas do século XX, nunca esgotou a necessidade de maior respeito pelos Direitos Humanos, de democratização e abertura de um regime que tem oprimido 1,4 mil milhões de cidadãos. Este mesmo regime tem sido responsável por algumas das maiores atrocidades em massa da atualidade, nomeadamente na província de Xinjiang - de onde despontam muitos dos protestos atuais - e tem demonstrado um desrespeito sistemático pelos direitos, liberdades e garantias não só dos cidadãos do Tibete, de Xinjiang ou Hong Kong, onde a liberdade vigorava até à aprovação da Lei da Extradução em 2019. As aspirações dos próprios chineses étnicos residentes no território continental da China permanecem reprimidas e ignoradas, arrastando consigo uma longa história de contestação que não deve ser menosprezada. Hoje podemos ver que há uma faixa importante da população chinesa que não assume que o regime do Partido Comunista Chinês é uma inevitabilidade histórica sem alternativa; aspiram e não esquecem, por outro lado, a liberdade e as garantias em que chegaram a acreditar quando Deng Xiaoping pôs um termo definitivo ao terror da Revolução Cultural. Infelizmente, o longo processo de abertura desencadeado em 1976 esbarrou mais uma vez na tragédia da Praça de Tiananmen em 1989.



O compromisso constitucional e internacional português com a defesa dos direitos e liberdades humanos exige uma tomada de posição solidária por parte da Assembleia da República, que tem agora uma oportunidade de reiterar o seu compromisso com a democracia e o Estado de Direito.

Assim, a Assembleia da República, reunida em sessão plenária, manifesta a sua solidariedade para com os manifestantes pela liberdade, pela democracia e pelo Estado de Direito na República Popular da China.

Palácio de São Bento, 5 de dezembro de 2022

Os Deputados da Iniciativa Liberal:

Rodrigo Saraiva

Bernardo Blanco

Carlos Guimarães Pinto

Carla Castro

Joana Cordeiro

João Cotrim Figueiredo

Patrícia Gilvaz

Rui Rocha